



CPLP



Consulta Electrónica

Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP

Outubro - Novembro 2012

Relatório final



Organizada pelo Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional



Fórum Global
sobre Segurança Alimentar
e Nutricional

Sobre o Documento

Este documento resume os resultados da consulta electrónica “Fórum sobre Agricultura Familiar e Segurança Alimentar na CPLP” organizada pelo Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional (<http://www.fao.org/fsnforum>) entre os dias 16 de Outubro e 15 de Novembro.

O resumo que se segue visa proporcionar aos leitores uma visão geral da discussão.

Para o texto completo de todas as contribuições e materiais de apoio, por favor consulte a página da consulta: <http://www.fao.org/fsnforum/cplp>

Disclaimer

The designations employed and the presentation of material in this information product do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) concerning the legal or development status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries. The mention of specific companies or products of manufacturers, whether or not these have been patented, does not imply that these have been endorsed or recommended by FAO in preference to others of a similar nature that are not mentioned. The views expressed in this information product are those of the author(s) and do not necessarily reflect the views of FAO. The word “countries” appearing in the text refers to countries, territories and areas without distinction.

Índice

2	CONTEXTO
3	CONSIDERAÇÕES GERAIS
3	1. Importância e Contributo da Agricultura Familiar
4	2. Políticas e Instrumentos
5	3. Organizações de Produtores
6	4. Áreas Prioritárias de Actuação
7	QUADROS INFORMATIVOS DOS ESTADOS-MEMBROS
7	Angola
8	Brasil
9	Cabo Verde
10	Guiné-Bissau
11	Moçambique
12	Portugal
13	São Tomé e Príncipe

CONTEXTO

O “Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional” (Fórum FSN) realizou uma consulta electrónica sobre a agricultura familiar e segurança alimentar na CPLP, com o objectivo de proceder a um levantamento inicial sobre a situação e preocupações no domínio da agricultura, pecuária e pesca familiares, e assim contribuir para futuras discussões relativas às prioridades de acção ao nível dos respectivos Estados-membros. Por outro lado, e enquadrando esta consulta dentro do estudo relativo à governabilidade da segurança alimentar e nutricional dos Estados-membros da CPLP, em elaboração pela mão da “Equipa do Direito à Alimentação” da FAO, ela visa apoiar a Comunidade a actualizar a informação sobre o estado da agricultura familiar nos Estados-membros e a identificar as prioridades de trabalho para o “Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar” do CONSAN.

Esta consulta dirigiu-se a um grupo restrito de actores interessados – e outros por eles indicados – e privilegiados conhecedores da realidade da agricultura familiar nos respectivos países, de forma a agilizar a participação e a dotar as contribuições de um carácter o mais representativo e plural possível. Trataram-se, essencialmente, membros e representantes de organismos de autoridade competentes, organizações da sociedade civil, ONGs e investigadores académicos.

A consulta decorreu entre os dias 16 de Outubro e 15 de Novembro, e saldou-se num total de 13 contribuições provenientes de todos os países da CPLP, com a excepção de Timor-Leste.

Notando as dificuldades de acesso aos dados e à utilização da internet para algum dos convidados e participantes (aspecto particularmente importante pois que se trata de uma consulta virtual), gostaríamos de apresentar um especial agradecimento a todos aqueles que partilharam a sua opinião, contribuindo para a realização deste documento.

Os dados e sugestões apresentados neste relatório (ainda que em alguns casos sejam mencionadas as respectivas fontes) advêm na sua totalidade dos comentários recebidos, pelo que, ainda que carecendo de oficialidade na maior parte dos casos, mostram essencialmente a visão dos participantes sobre as questões em análise.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Importância e Contributo da Agricultura Familiar

Da análise conjunta das participações recebidas resulta a unânime afirmação da preponderância do papel da agricultura familiar no contexto de cada um dos Estados-membros da CPLP. Para tal conclusão concorrem não só indicadores quantitativos, como também outros de natureza qualitativa, ora vejamos:

- para a maior parte dos países, o grosso da produção agrícola é da responsabilidade dos agricultores familiares (mais de 80% nos casos de Angola e São Tomé e Príncipe; e mais de 90% em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique);
- igual preponderância assumem a pecuária familiar e pesca tradicional (particularmente, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique);
- mesmo nos países onde o volume da produção agrícola familiar perde peso relativo (Brasil e Portugal), outros dados revelam a sua importância, como por exemplo a utilização predominante de mão-de-obra familiar: “no Brasil 84% dos estabelecimentos rurais são de natureza familiar” e “mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam predominantemente mão-de-obra familiar”.

Ainda no domínio da mão-de-obra familiar sobressai o papel da mulher rural e a sua contribuição decisiva para o sustento da família, pois que em Moçambique constituem 70% da população agrícola, e na Guiné-Bissau estão incumbidas de tarefas de grande importância, muitas das quais a desempenhar autonomamente.

Por outro lado, é de destacar o papel fundamental desempenhado pela agricultura familiar como garante da subsistência do produtor e sua família (“na Guiné-Bissau cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano”), contribuindo de forma preempatória para a sua segurança alimentar e satisfação de necessidades básicas, bem como a geração de rendimentos no caso de venda de excedentes nos mercados. Efectivamente, tratando-se da forma primordial de abastecimento dos mercados locais (e, conseqüentemente, da população urbana na maior parte dos países da Comunidade), ela funciona como uma caixa de poupança essencial na melhoria das suas condições de vida.

Importa destacar a importância extensível da agricultura familiar a outros níveis: esta desempenha um papel crucial na manutenção da paisagem rural, conservação do património genético das plantas, de harmonização com o ambiente, exploração sustentável de recursos naturais e defesa do património cultural das comunidades locais.

No domínio dos obstáculos existentes, mereceram referência, entre outros, as questões relativas à prática da monocultura, as questões fundiárias ligadas ao acesso à terra (nomeadamente no caso brasileiro), assim como as dificuldades e limitações naturais à prática agrícola próprias de pequenos países insulares (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

2. Políticas e Instrumentos

Ainda que nem todos os países da Comunidade apresentem o mesmo estado de cobertura normativo-regulamentar, através das políticas e instrumentos apresentados apreende-se do conjunto de comentários uma crescente preocupação e consciencialização do tecido político e social relativamente à importância da agricultura familiar nos seus mais variados aspectos. Assim sendo, e salvaguardando os diferentes estados de regulação em cada Estado-membro (o Brasil será, porventura, o país que mais tem avançado neste domínio), tem-se assistido globalmente à discussão, estabelecimento e implementação de políticas (directa e indirectamente) de protecção, valorização e promoção da agricultura familiar, sempre com a prossecução da segurança alimentar e nutricional como linha de orientação.

Sobressai neste domínio o cuidado cada vez maior em promover o diálogo entre governos e sociedade civil, fundamental para imprimir na elaboração de qualquer normativo uma dimensão de representatividade e proximidade com a agricultura tradicional, muitas vezes prejudicada pelo decisor político em razão de critérios de natureza financeira favorecedores de explorações de maior dimensão económica.

Verifica-se na maior parte dos países (em particular nos do continente africano) uma ampla referência às Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas pela CPLP com o apoio da FAO e aprovadas pelos diferentes governos, e entre os instrumentos em vigor para incentivar, melhorar e aumentar a produção destacam-se as menções aos programas de crédito. Com efeito, é sublinhada a importância do crédito (nas formas de micro-crédito, crédito de investimento, crédito subsidiado, entre outras) para o tecido agrícola familiar, na medida em que este se revela essencial para o financiamento das colheitas, no acesso aos factores de produção, aumento da produtividade, assistência técnica e apoio à comercialização.

Ainda assim, na generalidade dos Estados-membros do continente africano, existe uma fraca implementação das políticas criadas (justificada essencialmente pela escassez de meios financeiros, quadros capacitados e deficiência organizativa institucional), pelo que o comprometimento e envolvimento conjunto das estruturas políticas e de todos os actores que intervêm no mundo rural para a realização destes programas é visto como uma prioridade de acção.

3. Organizações de Produtores

À excepção de Brasil e Portugal, o nível de organização dos agricultores é relativamente baixo (ainda que se denotem alguns progressos nos últimos anos), e na mesma medida é escassa a participação das organizações de agricultores na formulação de políticas públicas. Mesmo nos casos em que existe um grande número de organizações de produtores verifica-se uma fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do poder político e de determinação das políticas públicas.

Esta realidade justifica-se não só pelas características particulares dos trabalhadores rurais (elevado grau de individualismo e tradicionalismo, baixos índices de alfabetização, baixo nível técnico-cultural), mas também nas dificuldades de estruturação, liderança e mobilização de recursos financeiros por parte das associações representativas na maior parte dos países da CPLP.

Estas organizações, em muitos casos apoiadas por outras da sociedade civil e ONGs, desempenham um papel reconhecidamente muito importante: seja pela identificação participativa das necessidades locais; promoção de projectos locais; valorização dos recursos locais; transferência de informação e tecnologias; quer pela representação das comunidades e defesa dos seus interesses a vários níveis.

Visto isto, a globalidade dos participantes aponta a necessidade de fortalecer e reforçar o papel destas associações, apostando na formação e capacitação dos quadros dirigentes, e pela melhoria das suas capacidades técnicas, organizacionais e de gestão.

Em suma, o investimento nas organizações de produtores e o desenvolvimento de quadros de concertação que incluam as ONGs e o sector privado são prioritários de forma a explorar todo o potencial de participação dos agricultores.

4. Áreas Prioritárias de Actuação

Os participantes foram bastante incisivos quanto à determinação de necessidades específicas no contexto de cada Estado-membro e de áreas de actuação prioritárias para o fortalecimento dos agricultores familiares. Para além do propalado apelo ao investimento na estruturação das organizações de produtores, e do acesso ao crédito em condições privilegiadas, são elencadas várias medidas e acções recomendadas, entre as quais destacamos as seguintes para o conjunto dos Estados-membros:

- criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais;
- estabelecimento de programas de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares, devido às dificuldades de comercialização;
- desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento/comercialização e acesso ao mercado;
- procura do mercado externo de preço justo apostando na vertente da qualidade como mais-valia para os produtos locais;
- realização de encontros entre os governantes, organizações de produtores e outras organizações da sociedade civil dos países da CPLP, para troca de experiências sobre técnicas de cultivo e partilha de boas práticas;
- formação e capacitação contínuas dos agricultores familiares, incluindo questões de género, mudanças climáticas e transferência de tecnologia;
- assistência técnica e cooperação para o acesso a novas tecnologias.

QUADROS INFORMATIVOS DOS ESTADOS-MEMBROS

Nesta secção apresentamos um resumo dos principais dados e informações recolhidos, agrupando-os em pequenos quadros individuais para cada um dos países representados e seguindo os temas orientadores da consulta.

ANGOLA

 1 comentário

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- responsáveis por cerca de 80% da produção nacional, alimentando grande parte da população através dos excedentes de produção encaminhados para os mercados
- 2.058.346 explorações agrícolas familiares ou de famílias camponesas
- quanto à produção pesqueira, o sector artesanal capturou em 2011 cerca de 61.560.000 toneladas de pescado diverso
- fonte: GEPE, Resultados da Campanha Agrícola 2010/2011

Políticas e Instrumentos

- programa de micro-crédito, crédito agrícola de campanha e crédito de investimento
- programa de comercialização rural e programa de extensão e desenvolvimento rural
- programa de apoio e fomento a produção animal
- programa de desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais

Organizações de Produtores

- os produtores familiares estão organizados em associações e cooperativas de camponeses, com um nível organizacional razoável, carecendo de formação para melhor desempenho
- participação na formulação de políticas públicas feita através das estruturas da União Nacional das Associações de Camponeses (UNACA-Confederação) e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)

Áreas de Actuação Prioritárias

- qualidade dos produtos
- assistência técnica
- formação e capacitação contínuas
- troca de experiências
- transformação, armazenamento, conservação e comercialização

BRASIL

 3 comentários

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- principal fornecedor de alimentos básicos para a população (87% mandioca, 83% feijão fradinho, 77% feijão, 67% leite de cabra, 59% suínos, 58% leite de vaca, 50% aves, 46% milho)
- agricultura familiar possui 84,4% do total de estabelecimentos, mas ocupa apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários
- ocupa 74% da mão-de-obra rural e corresponde a 38% da produção agropecuária
- fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE)

Políticas e Instrumentos

- PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) - programa de crédito destinado a agricultura familiar com juros baixos
- PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) - é uma das acções do “Fome Zero” e promove o acesso a alimentos às populações em situação de segurança alimentar
- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) - determina que 30% dos recursos que o governo federal entrega para os municípios devem ser gastos com produtos vindos da agricultura familiar local
- PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) - tem como objectivo promover a assistência técnica para os agricultores familiares

Organizações de Produtores

- os camponeses e trabalhadores rurais organizam-se sob a forma de sindicatos rurais, associações e movimentos sociais. Um exemplo de movimento de grande importância no Brasil é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- há um conjunto de redes e articulações da sociedade civil que reúnem movimentos sociais, agricultores, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa
- o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão consultivo ligado a Presidência da República, é um espaço de concertação entre governo (1/3) e sociedade civil (2/3) e que tem apresentado importantes resultados na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Áreas de Actuação Prioritárias

- realizar intercâmbio de experiências entre os países, não só entre os governantes, mas entre a sociedade civil, sobretudo entre os camponeses
- instituir programas de compras públicas locais, desde que sejam respeitadas as especificidades e o contexto de cada país
- desenvolvimento do acervo legal de garantia de mercados e mecanismos de apoio à produção
- garantir a compra directa do produto ao produtor
- consciencialização sobre as consequências do mau uso e aplicação de pesticidas
- repensar as prioridades de governo quanto ao crescimento da produção de monoculturas

CABO VERDE

 2 comentários

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- mais de 90% da produção agro-pecuária é desenvolvida com base em unidades familiares tradicionais, e na sua maioria destina-se ao consumo do agricultor e sua família
- só uma pequena parte da produção (15-20%) se destina à comercialização no mercado local
- ocupação de 41.000 família (cerca de 60% da população total)

Políticas e Instrumentos

- ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar)
- PNSA (Programa Nacional de Segurança Alimentar)
- ECRP (Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza)
- PNIA (Plano Nacional de Investimento Agrícola)
- PNLP (Programa Nacional de Luta contra a Pobreza)

Organizações de Produtores

- nível de organização dos agricultores é muito baixo
- encontram-se organizados em Associações de Desenvolvimento Comunitário, apoiadas por outras organizações da sociedade civil e ONGs (que em conjunto integram várias federações regionais e uma plataforma de ONGs a nível nacional)

Áreas de Actuação Prioritárias

- necessidade de melhoria das condições de transformação, conservação e transporte dos excedentes de produtos agrícolas para os mercados locais e abastecimento do sector hoteleiro (em franco crescimento)
- implementação de acções que visam uma melhor gestão e uma gestão participativa dos recursos naturais existentes (gestão sustentável da água, fertilidade dos solos, reflorestação)
- criação de um quadro de concertação que inclua as organizações de produtores, o sector privado e demais serviços e estruturas de intervenção
- alocação de recursos (financiamentos a fundo pedido, micro-crédito e linhas de apoio específicas para a agricultura familiar)

GUINÉ-BISSAU

 1 comentário

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- os pequenos produtores de tipo familiar de subsistência, estimados em cerca de 120.000 explorações, constituem o essencial da população rural e realizam 90% da produção alimentar constituída essencialmente por arroz, milhos, raízes e tubérculos
- a produção alimentar dos agricultores de tipo familiar cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano
- preponderância da cultura do caju na obtenção de rendimentos provenientes da troca comercial permitindo aos produtores de tipo familiar cobrir, em média, quase 5 meses de suas necessidades alimentares
- a produção de animais é um meio de subsistência e de poupança dos agregados familiares e que contribui para a segurança alimentar
- a exploração dos recursos florestais tem um papel importante na economia familiar

Políticas e Instrumentos

- “Carta de Política de Desenvolvimento Agrário” (CPDA), com os seguintes objetivos de política: (i) garantir a segurança alimentar; (ii) aumentar e diversificar as exportações agrícolas; (iii) assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoris; (iv) melhorar o quadro de vida das populações rurais
- os instrumentos de implementação de política estão traduzidos em programas e acções no “Programa Nacional de Investimento Agrário” (PNIA)

Organizações de Produtores

- as organizações estão ainda numa fase embrionária (fraquezas de ordem organizacional, baixo nível técnico-cultural)
- apesar de presentes na elaboração e implementação de políticas, demonstram fraca capacidade de negociação, advocacia e interpelação em virtude de fraquezas de ordem organizacional e de funcionamento

Áreas de Actuação Prioritárias

- melhoria das produções alimentares com acções específicas: melhoramento das técnicas de cultivo através da pesquisa e introdução de sementes melhoradas, adubos químicos, pequenas máquinas agrícolas; protecção das culturas; o uso e gestão de água e nas actividades de pós-colheita; na formação técnica; no acompanhamento e assistência técnica e formação
- ordenamento e valorização dos arrozais de mangal e dos pequenos vales para o aumento da produção do arroz
- reforço das capacidades técnicas, organizacionais e de gestão das organizações dos produtores
- apoio à comercialização (crédito) e armazenagem dos produtos alimentares
- melhoria da produção da pequena criação animal familiar (aves, ovinos, caprinos, suínos e outros) através da melhoria das instalações pecuárias, alimentação, sanidade e no melhoramento genético das raças locais
- programa de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares
- introdução de tecnologias de transformação artesanal da castanha de cajú

MOÇAMBIQUE

 2 comentários

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- a agricultura é fundamentalmente de cariz familiar (90%)
- as mulheres rurais constituem 70% da população agrícola e são responsáveis por 60% a 80% da produção de alimentos a nível nacional

Políticas e Instrumentos

- PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário) - operacionaliza o CAADP
- PAPA (Plano de Acção para a Produção de Alimentos)
- CAADP (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África)
- ESAN-CPLP
- Fórum dos Pequenos Agricultores
- Fórum da Mulher Rural
- fraca implementação destas políticas, e a sua implementação não tem surtido o efeito desejado

Organizações de Produtores

- organização dos produtores em associações, (ex: machamba de camponês), uniões, cooperativas e redes
- as organizações de camponeses são lideradas pela União Nacional de Camponeses nível muito baixo de participação na discussão e formulação de políticas públicas e programas (devido ao baixo nível de escolaridade da maioria dos camponeses, fraquezas nos processos de consulta e desorganização das associações)
- necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos pequenos agricultores, em particular das mulheres rurais

Áreas de Actuação Prioritárias

- necessidade de uma maior exploração do potencial das cooperativas, associações de agricultores e movimentos das mulheres rurais
- realizar diversas formações, incluindo questões de género, mudanças climáticas, transferência de tecnologias, visando a erradicação da fome e pobreza e garantir um desenvolvimento sustentável
- apoiar a organização e funcionamento das redes e organizações de produtores
- desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento da produção e acesso ao mercado
- programas de protecção social e alimentação baseados na comunidade

PORTUGAL

 1 comentário

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam principalmente mão-de-obra familiar
- estas explorações agrícolas correspondem a 68% da superfície agrícola útil
- a população agrícola familiar representa ceca de 7% da população total

Políticas e Instrumentos

- Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer) - incorpora uma série de medidas de apoio ao sector agrícola (cobrindo áreas como a competitividade, sustentabilidade do espaço rural, dinamização das zonas rurais e cooperação para a inovação), mas não apresenta mecanismos de discriminação positiva da agricultura familiar

Organizações de Produtores

- grande número de associações de produtores
- o sector agrícola está representado na concertação social (espaço de diálogo entre o Governo e parceiros sociais)
- existe um défice de participação dos agricultores e fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do poder político

Áreas de Actuação Prioritárias

- incentivo aos mercados locais e de proximidade
- incentivo à fixação de agricultores, particularmente jovens e em zonas agrícolas em risco de abandono
- sensibilização das comunidades para o papel fundamental da agricultura familiar na defesa do ambiente, recursos naturais e património cultural

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

 3 comentários

Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- recolha de dados estatísticos é limitada, pois o último censo agrícola data de 1989
- mais de 80% da produção agrícola e piscícola está sob a responsabilidade de pequenos agricultores familiares
- 2500 pescadores artesanais (responsáveis pela captura de 4.000 toneladas de pescado anualmente), 3000 peixeiras e 10.000 produtores agrícolas são os principais responsáveis pelo abastecimento de bens alimentares à população
- nos últimos anos tem-se notado um aumento de produção em algumas culturas, tais como bana-pão, mandioca e matabala

Políticas e Instrumentos

- ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar), recentemente aprovada pelo Governo
- criação por parte do Governo, de Delegações a fim de articular o movimento agrícola, pecuário e pesqueiro junto das comunidades locais
- actividades pontuais de incentivo á produção agropecuária e de pescado realizadas conjuntamente pelo governo com parceiros da sociedade civil
- participação de ONGs no apoio à produção, transformação e organização dos produtores

Organizações de Produtores

- o nível de organização dos produtores em São Tomé e Príncipe é relativamente baixo e estas revelam fraca capacidade para participar na formulação de políticas públicas, em particular pela carência de quadros formados
- dificuldade das organizações em se distanciarem do Estado

Áreas de Actuação Prioritárias

- necessidade de um novo censo agrícola que permita medir o real impacto da contribuição dos agricultores familiares
- reforço da rede de frio para melhor conservação dos produtos frescos
- criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais
- apoios à diversificação da variedade de animais bovinos, suínos e caprinos
- subvenção dos materiais de pesca e embarcações
- formação sobre novas técnicas e artes de pesca, essenciais para o desenvolvimento da pesca artesanal